

**INCONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 29 DA LEI 6.830, DE 22 DE SETEMBRO DE 1980.** Celso Antônio Barbosa Júnior, Edmundo Alves de Oliveira, Fábio Lopes da Silva. – Direito - Direito – Sociologia Jurídica – Centro Universitário de Araraquara – Campus de Araraquara.

A Lei de Execução Fiscal, Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, é norma de regência processual para a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas Autarquias, aplicando-se, subsidiariamente, o Código de Processo Civil. Estando estes termos consagrados em seu artigo 1º:

*“Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil”.*

No entanto, em seu artigo 29, a Lei de Execução Fiscal, acabou criando uma sequência de preferências para que uma pessoa jurídica de direito público possa receber suas dívidas anteriormente à outra, que se encontra em situação semelhante, conforme abaixo transcrito:

*“Art. 29 – A Cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, concordata, liquidação, inventário ou arrolamento.*

**Parágrafo Único.** *O concurso de preferência somente se verifica entre pessoas jurídicas de direito público, na seguinte ordem:*

*I – União e suas autarquias;*

*II – Estados, Distrito Federal e Territórios e suas autarquias, conjuntamente e pro rata;*

*III – Municípios e suas autarquias, conjuntamente e pro rata.”*

Esta ordem de preferência consagrada pelo citado artigo se encontrava em desacordo com a ordem constitucional, princípio da igualdade, vigente à época de sua promulgação, devendo ter sido declarada inconstitucional por esta inobservância.

Se fosse declarada a inconstitucionalidade do artigo, supra citado, ele seria extinto de modo definitivo, pois no direito pátrio não se admite a repristinação de qualquer tipo de norma jurídica, salvo quando expressamente declarado que a norma revogada voltará a ter vigência com a revogação da norma revogadora.

Se não fosse declarada inconstitucionalidade do artigo, supra citado, o mesmo deveria ser considerado não recepcionado pela nova ordem constitucional, Constituição de 1988, pois afrontaria diretamente o princípio da igualdade consagrado pelo artigo 5º, caput, deste diploma pátrio.

No entanto, se a Lei de Execução Fiscal fosse criada sob a égide da Constituição Federal de 1988, o artigo 29, deste diploma, deveria ser declarado inconstitucional, pois afrontaria diretamente o princípio da igualdade, consagrado no artigo 5º, caput, da Constituição Federal.

Para chegar ao resultado foram realizadas análises sistemáticas entre:

- A Constituição Federal de 1969 e a Lei 6.830 de 22 de setembro de 1980;
- A Lei de Introdução ao Código Civil e a Lei 6.830 de 22 de setembro de 1980;
- A Constituição Federal de 1988 e a Lei 6.830 de 22 de setembro de 1980;

Após a análise sistemática entre os diplomas supra citados foi observado o conflito aparente de normas, pois o artigo 29, da Lei 6.830, de 22 de setembro de 1980, está em desacordo com as duas ordens constitucionais, de 1969 e de 1988.

**INCONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 29 DA LEI 6.830, DE 22 DE SETEMBRO DE 1980.** Celso Antônio Barbosa Júnior, Edmundo Alves de Oliveira, Fábio Lopes da Silva. – Direito - Direito – Sociologia Jurídica – Centro Universitário de Araraquara – Campus de Araraquara.

Concluímos que o desrespeito ao princípio da igualdade consagrado na Constituição, de 1969, geraria a inconstitucionalidade do artigo 29, da Lei 6.830, de 22 de setembro de 1980, desta maneira o artigo supra citado desapareceria do ordenamento jurídico pátrio, pois no direito brasileiro foi repelida a idéia da repristinação da norma jurídica no artigo 2º, § 3, da Lei de Introdução ao Código Civil.

Se a Constituição Federal, de 1969, não houvesse consagrado o princípio da igualdade, o artigo 29 da Lei 6.830, de 22 de setembro de 1980, não seria recepcionado pela nova ordem Constitucional, de 1988, pois estaria em desacordo com o princípio da igualdade consagrado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 5º, caput, dessa maneira desaparecendo do ordenamento jurídico pátrio.

Ainda se a Lei de Execução Fiscal fosse promulgada durante a vigência da Constituição Federal, de 1988, ela seria inconstitucional por afrontar norma jurídica de posição hierárquica maior, ou seja, a Lei de Execução Fiscal que é lei ordinária não poderia estar em desacordo com a Constituição que é considerada a norma mãe.

### **Referências Bibliográficas**

- ALBUQUERQUE, M. C., **Lei de Execução Fiscal (Lei nº 6.830, de 22/09/1980) Interpretação e Jurisprudência**, Editora Madras;
- BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1969**;
- BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**;
- BRASIL, **Constituição do Brasil de 1967**;
- BRASIL, **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946**;
- BRASIL, **Lei de Execução Fiscal**;
- BRASIL, **Lei de Introdução ao Código Civil**;
- FÜHRER, M. C. A., **Resumo de Direito Constitucional**, 11ª Ed. Editora Malheiros;
- MORAIS, A., **Direito Constitucional**, 15ª Ed., Editora Atlas;
- NUNES, R., **Manual de Introdução ao Estudo do Direito**, 5ª Ed., Editora Saraiva;
- PINHO, R. C. R., **Teoria Geral da Constituição e Direitos Fundamentais**, 3ª Ed., Editora Saraiva;
- SILVA, J. A., **Curso de Direito Constitucional Positivo**, 24ª Ed., Editora Malheiros;